

Podcast Meio-Fio
Projeto TraDUS

Episódio: A Carta Brasileira para Cidades Inteligentes

Apresentação: Hector Sousa

Erico Pcheibiloviks

Convidadas e Convidados: Danilo Bertazzi

Cátia Regina

Ana Paula Bruno

Sarah Habersack

Beto Marcelino

Raquel Cardamone

Gabriel Figueiredo

Luma Costa

Laura Azeredo

[VINHETA]

[Hector Sousa]: Bem vinda e bem vindo ao podcast Meio-fio, seu podcast sobre desenvolvimento urbano sustentável. Esse podcast faz parte do projeto traDUS, uma iniciativa para promover ações de educação urbana da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, a UFERSA, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Regional, o MDR, por meio da Coordenação-Geral de Apoio à Gestão Regional e Urbana, a CGDRU. Eu sou Hector Sousa e a minha voz você já ouviu por aqui. Hoje iniciaremos uma série de episódios sobre a Carta Brasileira para Cidades Inteligentes, então trouxemos uma voz nova especialista no assunto para tocar essa série comigo. Bem vindo Erico.

[Erico Pcheibiloviks]: Olá Hector, olá ouvintes do Meio-fio. Meu nome é Erico, sou pesquisador do Centro de Estudos em Administração Pública e Governo da FGV e também faço parte do Projeto Tradus como coordenador das ações de disseminação e capacitação sobre a Carta Brasileira para Cidades Inteligentes. Aliás, esse é um tema que eu estudo há uns 7 anos. Meu primeiro contato foi quando trabalhei na Prefeitura de Curitiba, depois fiz doutorado na área e participei do processo de elaboração da Carta.

[Hector Sousa]: Erico, não sei a diferença de idade entre a gente, mas acho que você pegou a época em que as pessoas se comunicavam por cartas. Aquela mensagem escrita em papel que trazia informações, notícias, ou que servia apenas para manter contato.

Hoje em dia não estamos mais acostumados com as cartas como correspondências físicas, no lugar dela tomou as mensagens instantâneas ou o email, que seria uma carta eletrônica. Mas nem sempre quando falamos de cartas, nos referimos às correspondências, não é mesmo Erico?

[Erico Pcheibiloviks]: Isso mesmo. Você falou duas coisas bem interessantes. A primeira é como uma carta, que era em papel, passou pelo processo de transformação digital. Esse processo que afeta a nossa vida cotidiana e que às vezes nem percebemos. O segundo é que a Carta também pode ser um documento formal, como o que vamos falar hoje. A Carta Brasileira para Cidades Inteligentes é um documento político democrático que expressa uma agenda pública para a transformação digital das cidades. Parece que é algo complexo, mas vamos explicar tudo sobre cidades inteligentes, sobre a carta, seu processo de construção e mais conteúdos, nesse e nos próximos episódios da série.

[Trilha]

[Hector Sousa]: Antes de tudo devemos pensar: o que são as cidades inteligentes e o porquê dessa carta. Ao pensar sobre cidades inteligentes nossa mente ligeiramente vai para os filmes de ficção onde as cidades são hi-tec, pessoas super conectadas e dispositivos eletrônicos de mais alto nível por toda a cidade. Imaginamos uma cidade como o universo dos Jetsons. Impossível pensar nisso no cenário atual brasileiro, né? Mas acontece que os filmes de ficção nos iludem, nos vendem essa imagem para podermos ficar maravilhados com os universos futuristas e tecnológicos. A verdade é que as cidades inteligentes estão muito mais próximas da nossa realidade do que se imagina.

[Erico Pcheibiloviks]: As cidades inteligentes são cidades comprometidas com o desenvolvimento urbano e a transformação digital sustentáveis. São cidades que, apesar de serem tecnológicas e inovadoras, são pensadas para as pessoas, seu bem-estar e a sustentabilidade para que se tornem cidades boas para as pessoas viverem agora e no futuro. O Danilo Bertazzi, subsecretário de modernização na gestão da prefeitura de Niterói, fala um pouco sobre como usar as tecnologias em prol das cidades inteligentes.

[Danilo Bertazzi]: Na nossa visão, na prefeitura de Niterói é uma cidade inteligente, humana e sustentável, é aquela cidade que a gente quer, onde quer chegar. Que o uso da tecnologia viabilize mais segurança, mais mobilidade, mais participação social, melhora na qualidade de vida da população, principalmente melhora na qualidade da prestação

de serviços públicos. A cidade inteligente é aquela na qual tem um governo único. Tem um cidadão único então a pessoa não precisa fazer vários cadastros onde eu posso usar os dados de uma maneira segura e inteligente para tomar decisões, para melhorar a prestação de serviço, para melhorar a qualidade de vida na cidade, para melhorar o ambiente dos negócios. A cidade inteligente para é uma cidade que ao mesmo tempo seja mais humana e mais sustentável tendo como base para isso a tecnologia e a melhora da qualidade da prestação do serviço público.

[Hector Sousa]: Ser uma cidade inteligente no contexto brasileiro vai além de apenas usar as tecnologias digitais. Tem muito mais a ver em como a gestão de uma cidade busca soluções para resolver os desafios e melhorar os serviços urbanos, oferecer um transporte público bom, uma boa educação, moradia para todas as pessoas e assim por diante. É claro que as tecnologias digitais são importantes ferramentas de auxílio na gestão urbana, mas elas precisam ser implementadas para resolver problemas concretos de cada cidade.

[Erico Pcheibiloviks]: Vou trazer um exemplo, pensem nos semáforos. Eles têm a função de regular o fluxo de carros. E hoje em dia é possível inserir sensores conectados à internet que conseguem sentir a presença dos carros e auto-regular esse fluxo sem intervenção humana, usando tecnologias de internet das coisas. Mas será que isso é aplicável a todas as cidades? A pesquisa TIC Governo Eletrônico do Cetic.br realizada de 2019 apontou que 77% das cidades no Brasil não possuem semáforo. Portanto, se nessas cidades não há nem um semáforo tradicional, por que a cidade deveria ter um semáforo inteligente? Há outras soluções muito mais simples que podem ser implementadas. Mas vamos ouvir a opinião de Cátia Regina Muniz, pesquisadora no CTI Renato Archer e especialista em inclusão digital.

[Cátia Regina]: Na minha concepção, para que uma cidade seja considerada inteligente no contexto brasileiro, não basta somente implementar a tecnologia. Como objetivo melhorar as condições de vida da população local. Deve também ser acessível a todas as pessoas e não somente alguns bairros que já têm uma boa infra estrutura, que é o que tem acontecido em alguns municípios. Deve também promover capacitação para que as pessoas possam usar essas tecnologias, né. Que elas tenham condições de usar essas tecnologias. E deve também promover a participação das pessoas na tomada de decisão de quais tecnologias devem ser instaladas na cidade, pois essas pessoas conhecem os seus problemas e possuem condições de indicar soluções para eles.

[Hector Sousa]: Pensar em cidades inteligentes no contexto brasileiro é ir além de pensar nas tecnologias e inovações, é pensar quais e de que modo as tecnologias vão melhorar a vida dos cidadãos daquela cidade. A Ana Paula Bruno, do Ministério do Desenvolvimento Regional fala um pouco mais para a gente sobre as cidades inteligentes no contexto brasileiro.

[Ana Paula Bruno]: Bom, em qualquer contexto ou cidades inteligentes são aquelas que respondem às necessidades das pessoas. Quando a gente olha para um contexto específico, primeiro a gente tem que identificar essas necessidades e trabalhar de diferentes formas para que as cidades resolvam essas questões. No contexto brasileiro a gente definiu que as cidades são inteligentes quando elas integram a transformação digital e o desenvolvimento urbano, essas áreas passam a caminhar juntas quando elas se comprometem com a sustentabilidade tanto da transformação digital quanto do desenvolvimento urbano olhando para as consequências das ações no tempo. Quando elas respeitam as suas próprias características econômicas ambientais sociais culturais. Quando elas atuam de forma planejada em rede com outras cidades aproveitando as experiências para melhorar suas condições. Quando ela promove a inovação. Quando ela promove a inclusão social e a alfabetização digital das pessoas para que elas consigam interagir no mundo digital. Quando elas implementam modelos de governança e gestão colaborativas com a participação da sociedade, isso é um ponto super importante. Quando elas usam as tecnologias para resolver os seus problemas concretos, para criar oportunidades para as pessoas, para oferecer serviços com mais eficiência, para aumentar sua resiliência. E tudo isso no nosso contexto para reduzir um dos nossos principais desafios que são as enormes desigualdades socioeconômicas e espaciais que a gente encontra nas nossas cidades e melhorar a vida de todas as pessoas, principalmente aquelas que mais precisam do Estado. E claro, tudo isso garantindo o uso seguro e responsável dos dados das Tecnologias de Informação e Comunicação.

[Erico Pcheibiloviks]: Agora que já entendemos melhor sobre as Cidades Inteligentes, e como elas conversam com o contexto brasileiro, podemos falar sobre a carta.

[Trilha]

[Hector Sousa]: A Carta Brasileira para Cidades Inteligentes, como já dito antes, é um documento político democrático que visa a transformação digital das cidades. Ela foi feita

coletivamente por gente de vários setores da sociedade, e seu objetivo é ajudar o Brasil a dar um passo firme rumo a cidades melhores para as pessoas. A carta é uma iniciativa da Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano, do Ministério do Desenvolvimento Regional, para estimular convergências, consolidar e aprimorar iniciativas sobre cidades inteligentes já existentes nos diversos níveis de governo e setores da sociedade. O processo de elaboração da carta contou com o Ministério das Comunicações e do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações e foi realizado no âmbito do Projeto Andus, um projeto de cooperação entre os governos brasileiro e alemão por intermédio da agência GIZ.

[Erico Pchebiloviks]: A Carta expressa uma agenda pública e busca alcançar um público abrangente, que trabalha com desenvolvimento urbano e transformação digital ou tem interesse nesses temas. Pessoas que atuam dentro ou fora do setor público. Inclui quem vive em cidades e se preocupa com os impactos das tecnologias digitais no dia a dia e no meio ambiente urbano. A Carta apresenta um conceito de cidade inteligente alinhado com a realidade brasileira. Cinco princípios balizadores e seis diretrizes norteadoras. Oito objetivos estratégicos, que são o coração da Carta, e 163 recomendações de ações que serão alvo das nossas próximas conversas aqui no Meio Fio. Até agora, o Brasil não tinha um documento como a Carta que aponta diretrizes gerais e de forma integrada. A Carta também conecta com outras agendas, como a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, que está em processo de formulação neste momento, e é o tema do primeiro episódio do Meio-Fio. Com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável que inclui o lema de “Não deixar ninguém para trás”. E com a Nova Agenda Urbana, a NAU. Quando o Brasil assinou esse acordo, prometeu que adotaria uma abordagem de cidade inteligente. A Carta é uma ação concreta no caminho para atingir esse objetivo.

[Sarah Habersack]: A Carta brasileira para cidades inteligentes é uma bússola, uma norteadora para o município mas também para todos os outros atores e atrizes que fazem parte do desenvolvimento urbano, para nos orientar como lidar com a transformação digital nas cidades. Como aproveitar essa transformação digital para criar cidades mais sustentáveis e cidades mais inclusivas. A Carta brasileira para cidades inteligentes também é um cardápio, um cardápio de opções e recomendações para atividades e intervenções que diferentes pessoas, diferentes instituições podem escolher e implementar adaptado ao contexto específico de cada um. E a Carta brasileira para cidades inteligentes não só um produto, é um processo, é um documento dinâmico e um processo colaborativo, um processo de co-criação. Todos e todas que participaram na

formulação estão mantendo isso como um processo vivo, um processo de uma agenda pública que faz uma diferença nas ações e na vida de muitas pessoas.

[Hector Sousa]: Acabamos de ouvir Sarah Habersack, coordenadora da transformação urbana e a assessora técnica do Projeto ANDUS. Esse lema que o Erico citou, “não deixar ninguém para trás”, significa garantir o direito a cidades sustentáveis para todas as pessoas. Comprometer-se a reduzir desigualdades históricas que prejudicam o acesso de pessoas e grupos sociais vulneráveis: pessoas com deficiência, pessoas de baixa renda, pessoas de diferentes orientações sexuais e de gênero, mulheres, pessoas negras, pessoas idosas, jovens e crianças. Esses grupos devem ter acesso a oportunidades, bens e serviços, ao mesmo tempo em que se estruturam ações adequadas à ampla diversidade territorial do país, ou seja, criar cidades igualitárias e acessíveis para todos os grupos, e que ela esteja preparada para as gerações futuras.

[Trilha]

[Hector Sousa]: Agora que entendemos melhor sobre cidades inteligentes e sobre a carta, vamos falar sobre seu processo de elaboração. A Carta Brasileira para Cidades Inteligentes foi construída por um grupo que ficou conhecido como a Comunidade da Carta, que aliás, você faz parte dela, não é mesmo Erico?

[Erico Pcheibiloviks]: Verdade, Hector. Uma comunidade com pessoas onde nos empenhamos bastante para a construção desse documento.

[Hector Sousa]: Você pode nos contar um pouco de como foi esse processo?

[Erico Pcheibiloviks]: Foi um processo colaborativo que começou em 2019. Lembro que à época eu tinha acabado o meu doutorado, estava trabalhando como pesquisador e veio o convite por meio de uma colega para participar de uma oficina em Brasília. Eu não sabia muito bem o que era a Carta, mas fiquei entusiasmado com o convite e fui. Em dois dias de oficina participaram cerca de 150 pessoas. Tivemos discussões muito produtivas, de alto nível. Todas as pessoas muito engajadas em produzir um documento para orientar e articular as ações de cidades inteligentes no Brasil. Depois dessa primeira oficina desenvolvemos trabalhos em grupo, tivemos uma segunda oficina em Brasília. Depois veio a pandemia, e tivemos que migrar para encontros e oficinas virtuais. Todas as pessoas continuaram muito engajadas. Ao final desse processo, que levou cerca de 15

meses, com três oficinas, escutas com prefeitos e prefeitas, além de escutas internacionais, a Carta foi colocada para consulta pública. Finalmente, em dezembro de 2020, o documento final foi lançado. Foi o primeiro processo colaborativo que eu participei e achei fantástico. Tanto que surgiu essa rede de pessoas, a qual nós chamamos carinhosamente de Comunidade da Carta, que continua ativa e agora trabalha coletivamente para implementar os objetivos e recomendações da Carta.

[Hector Sousa]: Que bacana Érico. Isso ilustra como os processos participativos de formulação de políticas públicas funcionam, e tem resultados que extrapolam o objetivo inicial. Traz como resultado uma comunidade engajada em continuar com a implementação. Isso pode ser feito, também, nos municípios e cidades. Agora acho importante ouvirmos outras vozes que também participaram desse processo, afinal, como você disse, é um grupo bastante diverso.

[Beto Marcelino]: Meu nome é Beto Marcelino, eu sou do ICITIES. Nossa empresa é a organizadora do Smart City Expo Curitiba, que é um evento nacional promovido pela feira Barcelona. E nós somos chancelado desde 2018 para fazer esse evento em Curitiba como sede nacional do evento, e a partir desse momento nós tivemos contato com o Ministério das Cidades, no período de 2017, para que em 2018 a gente pudesse realizar um evento interno desse nosso Smart City Curitiba com o pessoal da GIZ, criando na verdade uma espécie de workshop aqui na cidade de Curitiba durante o nosso evento. Então eu gostaria de dizer que foi o primeiro passo que nós demos juntos para construção da Carta brasileira. E depois disso eu fui convidado a participar como relator da Carta Brasileira. Participei desde a primeira oficina presencial, a segunda, depois a terceira virtual, em função da pandemia e fizemos outras. Lançamos a Carta Brasileira de Cidades Inteligentes no nosso evento digital em dezembro do ano passado. E estamos muito felizes pelo desdobramento do trabalho da carta em relação ao produto filho, que hoje nós estamos criando o Programa Nacional de Capacitação de municípios.

[Raquel Cardamone]: Olá, meu nome é Raquel Cardamone, sou pesquisadora da Unicamp no tema de cidades inteligentes e uma das fundadoras da plataforma Bright Cities. Bom, o documento definiu um consenso sobre o que será uma cidade inteligente no contexto brasileiro. Foi desenvolvida com a missão de nortear e estimular quaisquer municípios a adotarem políticas urbanas sustentáveis e inteligentes. Em um processo aberto e participativo, nós tivemos a oportunidade de contribuir para o desenvolvimento da carta trazendo uma visão das soluções dos fornecedores de soluções de tecnologia, e

também contribuindo para como utilizar a tecnologia para solucionar os problemas urbanos.

[Gabriel Figueiredo]: Meu nome é Gabriel Figueiredo, eu sou pesquisador da FAUSP São Paulo. Minha participação no processo de elaboração da Carta foi na condição de, primeiro como participante, e depois como coordenador de um grupo de trabalho, que era o grupo de trabalho de impactos sistêmicos da tecnologia. Eu acredito e acho que isso ficou muito patente em todas as discussões do grupo de trabalho e também no grupo mais amplo, que as cidades inteligentes no nosso contexto de extrema desigualdade, extremos desafios urbanos e sociais ali na cidade, é uma cidade que aplica o uso de tecnologia e aí não só falamos de tecnologias no sentido mais da tecnologia da comunicação, de tecnologias digitais, tecnologias hard, falamos também de tecnologias legislativas, Tecnologias Sociais, Tecnologias urbanísticas, um sentido mais amplo da palavra. Para conseguir endereçar seus desafios urbanos e sociais, melhorar a qualidade de vida das pessoas, reduzir desigualdades, ampliar o acesso a serviços públicos, a direitos, os mais variados, especialmente para proteger as pessoas mais vulneráveis na cidade. Acho que é justamente um marco, um marco teórico e prático para ajudar as cidades a trabalharem nessa linha e como é esse objetivo.

[Luma Costa]: Olá, eu sou Luma Costa. Sou arquiteta e urbanista, analista de mobilidade da Confederação Nacional de Municípios, e foi um imenso prazer participar do processo de construção colaborativo que foi a Carta Brasileira de Cidades Inteligentes. A gente se reuniu com diversas instituições, diversos especialistas. Foi muito enriquecedor porque desde o início a gente se reuniu para definir quais seriam as temáticas para as diretrizes. A gente conseguiu levar uma visão também dos desafios dos municípios de pequeno porte, municípios que muitas vezes estão excluídos desse tipo de política, tanto na questão conceitual quanto de acesso a recursos. E aí você vê que o processo, ele começa a andar sozinho. Assim ele já vai ganhando estrutura e com esse envolvimento e engajamento, é assim muito gratificante.

[Laura Azeredo]: Olá, meu nome é Laura Azeredo. Eu sou arquiteta e urbanista e sou analista de desenvolvimento urbano no WRI Brasil. Dentro do processo de concessão da Carta brasileira para cidades inteligentes, eu tive a oportunidade de ser a coordenadora do Grupo de Trabalho sobre diversidade territorial, e nesse âmbito pude trocar muitas ideias com pessoas de diferentes instituições, de diferentes regiões do Brasil também. E acho que nossas principais conclusões vão no sentido de que quando a gente pensa em

idades inteligentes existe aquela ideia primeiro de que a cidade inteligente vai resolver tudo, vai resolver todos os problemas, mas também aquela ideia de uma cidade extremamente tecnológica, então que ela depende totalmente da infraestrutura digital. Claro a gente acredita que a cidade inteligente ela passa pela questão digital, então o século 21 trouxe essa transformação e que impactou fortemente na nossa cidade, mas dentro do contexto da diversidade territorial brasileira, a gente acredita que uma única solução não é possível e também é importante a gente pensar para quem a gente está fazendo essa cidade inteligente no Brasil. Considerar esse processo democrático de participação, de maneira a não deixar que a tecnologia agrave essas desigualdades existentes e sim ajude a mitigar as digamos assim. Então a ideia é realmente pensar o Brasil a partir das diferentes articulações entre territórios, escalas, conectividade entre cidades, não importa o tamanho que essas cidades tenham como forma de pensar realmente a cidade inteligente brasileira. E finalmente, eu considero que a nossa cidade inteligente ela deve ser vista como uma política pública, então realmente focada na ideia da inteligência territorial, mais do que um projeto de tecnologia e conectividade é realmente uma oportunidade de se abordar temas setoriais de uma maneira integrada e sustentável considerando a diversidade não só do território brasileiro mas também de seus cidadãos.

[Trilha]

[Hector Sousa]: Realmente ouvimos bastante gente, e isso é só uma pequena parte das pessoas que participaram do processo colaborativo, né Erico?

[Erico Pchebiloviks]: Isso mesmo Hector! Mas ainda vamos ouvir muitas pessoas que participaram do processo ao longo dessa série de episódios sobre a carta.

[Hector Sousa]: E que tal dar aquele famoso spoiler sobre os temas que vamos discutir no decorrer da série?

[Erico Pchebiloviks]: Olha nem sei se posso falar tudo, mas dando uma prévia, ainda vamos falar sobre o papel das Tecnologias da Informação e Comunicação nas cidades; teremos gestores públicos convidados para contar experiências locais de implementação de ações; vamos conversar sobre como a sua cidade pode implementar os objetivos estratégicos da Carta trazendo exemplos reais e especialistas nos assuntos de

financiamento, economia local, governança de TI, governança urbana, acesso à internet, avaliação, monitoramento e indicadores para cidades inteligentes.

[Hector Sousa]: É isso aí, então se eu fosse você ouvinte, ficaria atento nos próximos episódios que vem bastante coisa boa por aí. E se ainda não seguiu, segue o podcast Meio-fio no seu agregador preferido de podcast, estamos no spotify, apple podcasts, castbox, google podcasts, entre tantos outros. Nos siga também no instagram para mais conteúdos sobre a carta e outros assuntos, @projetotradus, com s de sustentável. Voltamos em breve com mais conteúdos para vocês. Se cuidem e até o próximo.

[Trilha]

[Hector Sousa]: Esse podcast foi apresentado e produzido por Hector Sousa e Erico pcheibiloviks, foi editado por Hector Sousa. O roteiro é uma construção coletiva.

A Heloísa Diniz é a Coordenadora deste e de outros trabalhos de comunicação em mídias sociais do Projeto. Lauren Cavalheiro da Costa é a Coordenadora técnica e o Almir Mariano é o Coordenador acadêmico do Projeto TraDUS. Ela e ele são responsáveis por todas as nossas frentes de trabalho. Contamos também com o apoio valioso de alunas e alunos bolsistas para a pesquisa de conteúdos. Visitando nosso site você pode conhecer tudo o que fazemos e quem são as pessoas que trabalham no Projeto. O endereço é projetotradus.org.br.

Nossas parceiras no Ministério do Desenvolvimento Regional são a Ana Paula Bruno, a Denise Schuler, a Fernanda Capdeville e a Raquel Furtado. Elas trabalham na Coordenação-Geral de Apoio à Gestão Regional e Urbana, que é coordenada pela Laís Araújo.

[VINHETA]